

PEC fura-teto é contabilidade criativa desnecessária, dizem economistas



A possibilidade de o governo federal enviar ao Congresso uma proposta que altere a Constituição para liberar pelo menos R\$ 35 bilhões em despesas fora do teto de gastos é criticada por economistas e especialistas em finanças públicas.

Eles também afirmam que não há necessidade de mudanças na legislação para viabilizar gastos vinculados à pandemia, seja na área de saúde ou em programas de crédito ou manutenção de empregos.

Diante da repercussão negativa da proposta, o Ministério da Economia já avalia abandonar a ideia, que abriria espaço para R\$ 18 bilhões em emendas parlamentares fora do teto, na tentativa de resolver o imbróglio no Orçamento deste ano.

O governo, no entanto, ainda insiste na necessidade de mudar a Constituição para flexibilizar as regras fiscais para gastos com programas

de proteção a empresas e trabalhadores.

A versão da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que circula em Brasília prevê deixar fora do teto R\$ 10 bilhões para a reedição do programa de redução de salário e jornada (o chamado BEm), R\$ 7 bilhões para o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e R\$ 18 bilhões para quaisquer “despesas que tenham por objetivo atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia”, valor que iria para emendas parlamentares.

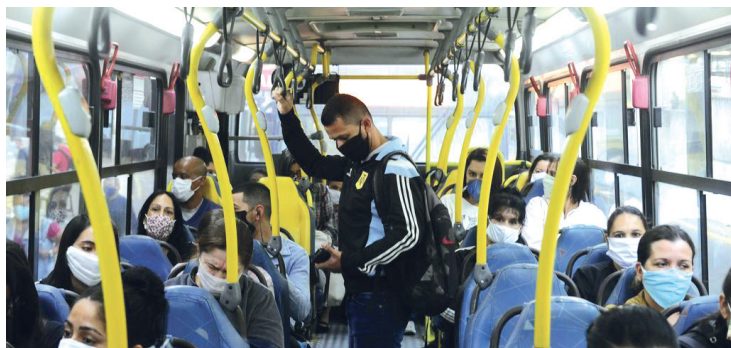
A proposta também permite ao governo realocar recursos de emendas já previstas no Orçamento de 2021 para gastos obrigatórios, como Previdência e seguro-desemprego, sem necessidade de aprovação do Congresso, como determina a legislação atual.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Economia

Trabalhadores de setores essenciais encaram medo e expectativa de vacina

Página - 03



Vendas do comércio sobem 0,6% com volta às aulas em fevereiro, diz IBGE

Página - 03

Política

Pacheco oficializa criação de CPI da Covid no Senado após decisão de ministro do Supremo

Página - 04

Câmara: relator apresenta nova proposta para Código de Processo Penal

Página - 04



Carlos Wizard reúne empresários em fundo de R\$ 50 mi para startups

Página - 05

Nuvini, de Pierre Schurmann, faz quarta aquisição e capta R\$ 400 milhões

Página - 05

No Mundo

Polícia prende mais de 50 em 2ª noite de protestos após morte de homem negro nos EUA



Manifestantes ignoraram a chuva forte e o toque de recolher imposto pelo governo de Minnesota nesta segunda-feira (12) e foram às ruas pela segunda noite consecutiva protestar contra a morte de Daunte Wright, 20, homem negro morto pela polícia no domingo (11) durante uma abordagem por infração de trânsito.

Centenas de pessoas se reuniram novamente em frente à sede do departamento de polícia de Brooklyn Center, cidade com 30 mil habitantes a menos de 20 quilômetros de onde George Floyd foi assassinado no ano passado.

O grupo exibia cartazes com frases como “prendam

todos os policiais assassinos racistas”, “eu sou o próximo?” e “sem justiça não há paz”.

Os agentes ergueram uma cerca para manter os manifestantes afastados, mas houve ataques de ambos os lados: enquanto parte do grupo lançou garrafas, pedras e fogos de artifício contra os policiais, estes responderam com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de munição não letal.

De acordo com o Star Tribune, o departamento de polícia exibia ainda, ao lado da bandeira americana, outra bandeira conhecida como “linha azul”, que surgiu como um símbolo de apoio às forças de segurança mas também é usada por grupos de extrema direita e é vista por ativistas

como um sinal de oposição ao movimento antirracista.

Uma loja de departamentos foi alvo de vandalismo, mas a maioria dos manifestantes deixou as ruas por volta das 22h (horário local), três horas após o início do toque de recolher imposto pelo governador Tim Walz para tentar conter uma possível escalada de violência.

Não há números oficiais sobre os feridos entre os manifestantes, mas em Brooklyn Center 40 pessoas foram presas por crimes como violações do toque de recolher e incitação ao tumulto. Em Minneapolis, outras 13 pessoas também foram detidas sob acusação de ataques a lojas.

Folhapress

França suspende todos os voos do Brasil por tempo indeterminado

A França anunciou nesta terça-feira (13) que suspenderá todos os voos do Brasil devido à situação da pandemia de Covid-19 no país.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro francês, Jean Castex, mas ainda não está claro quando a medida entra em vigor.

“Percebemos que a situação está piorando e decidimos, portanto, suspender todos os voos entre Brasil e França até novo aviso”, disse Castex.

No mês passado, o ministro da Saúde da França, Olivier Verán, disse que cerca de 6% dos casos de Covid-19 no país eram decorrentes das variantes mais contagiosas encontradas no Brasil e na África do Sul. Já a variante britânica, segundo o ministro, era responsável por 60% das novas infecções.

Até esta terça, a França registrou mais de 5,1 milhões de casos e 99 mil mortes por Covid-19, segundo a Universidade Johns Hopkins.

Um levantamento realizado pelo jornal Folha de S.Paulo a partir dos dados da Iata (associação internacional de transporte aéreo) aponta que o Brasil é o segundo país com maior número de restrições de entradas em outras nações, atrás apenas do Reino Unido.

Entre 150 países analisados, 25 colocaram restrições específicas ao Reino Unido, 17 ao Brasil - a Iata ainda não contabiliza a restrição imposta pela França - e 17 à África do Sul. A França é o sétimo da lista, com 10 barreiras. A soma considera os locais que baniram a entrada de passageiros que estiveram nesses países antes da viagem ou que vetaram voos vindos a partir deles.

Folhapress



EUA pedem pausa em aplicação de vacina da Johnson & Johnson



Agências federais de saúde dos Estados Unidos (EUA) recomendaram nesta terça-feira (13) uma pausa na aplicação da vacina contra a covid-19 da Johnson & Johnson, depois de seis pessoas que a receberam desenvolverem um distúrbio raro envolvendo coágulos sanguíneos.

A medida é adotada menos de uma semana depois de reguladores europeus afirmarem que encontraram uma possível relação entre a vacina contra a covid-19 da AstraZeneca e um problema

raro de coágulos sanguíneos, que levou a um pequeno número de mortes.

A vacina de dose única da Johnson & Johnson - a maioria das vacinas contra a covid-19 é aplicada em duas doses - e o imunizante de baixo custo da AstraZeneca são vistos como ferramentas vitais contra uma pandemia que já causou mais de 3 milhões de mortes.

O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) fará uma reunião na quarta-feira (14) para analisar os casos relacionados à vacina da J&J e a agência

reguladora Foods and Drugs Administration (FDA) revisará a análise, disseram os dois órgãos em comunicado conjunto.

As seis pessoas que receberam a vacina e desenvolveram o distúrbio raro são mulheres na faixa de 18 a 48 anos, e os sintomas surgiram entre seis e 13 dias após a aplicação.

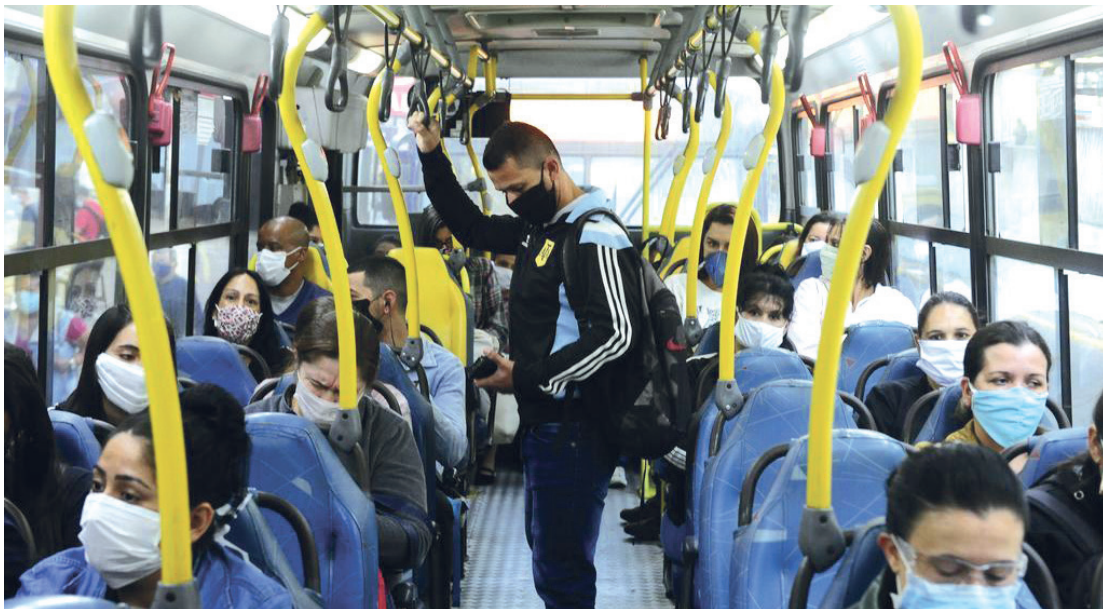
Nos casos, um tipo de coágulo sanguíneo chamado trombose de seios venosos cerebrais foi detectado, em combinação com baixo nível de plaquetas sanguíneas.

ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Trabalhadores de setores essenciais encaram medo e expectativa de vacina



A rotina do trabalhador de serviço essencial muda pouco quando as medidas de restrição aumentam para conter a explosão de novos casos de Covid-19. Enquanto a ordem é fechar lojas, bares, restaurantes e academias, para quem atua na indústria, na construção civil ou trabalha em supermercados, o dia a dia segue igual -ou, ao menos, continua como tem sido há um ano.

Nesta segunda (12), São Paulo voltou à fase vermelha do plano definido pelo governo para o controle do vírus, diante do iminente colapso da rede de atendimento de saúde. Por 28 dias, o estado foi colocado sob a fase emergencial, quando atividades presenciais, como aulas e retira-

das em restaurantes, ficaram proibidas.

Na indústria de alimentos, a rotina fica a mesma, mas não o estado de espírito. Antonio Vitor, presidente da Fetiasp (federação dos trabalhadores da indústria de alimentos de SP), diz que o clima entre os funcionários é de medo diante da piora na contaminação.

“Por eles, também teria que parar o trabalho por uns dias e fechar tudo, mas, em tratando de indústria de alimentos, sabemos que isso não vai acontecer. Vamos fazendo o que é possível”, diz o dirigente.

A federação conseguiu que as empresas aumentassem a oferta de ônibus e vans para o transporte de funcionários, uma vez que muitas unidades fabris são afastadas dos cen-

tros urbanos. “Como a grande maioria usa ônibus próprio, conseguimos que ficasse sempre uma poltrona vazia.”

Vitor diz que, em 2020, o setor registrou muitos afastamentos vindos da indústria frigorífica, principalmente no abate de frangos, onde os funcionários trabalham muito próximos, em espaços com pouca circulação de ar.

Procuradores do trabalho em todo o país buscaram firmar TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) nos quais empresas se comprometeram com planos de saúde e segurança e vigilância ativa -quando é feito o rastreamento também de contatos com pessoas com Covid-19 para antecipar contaminações e casos assintomáticos.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Vendas do comércio sobem 0,6% com volta às aulas em fevereiro, diz IBGE



Após dois meses consecutivos de queda, as vendas do comércio varejista brasileiro voltaram a crescer em fevereiro. A alta, de 0,6%, porém, não é suficiente para compensar o recuo acumulado de 6,3% na virada do ano como reflexo do fim do auxílio emergencial.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desempenho em fevereiro foi ajudado pela volta às aulas, que levaram o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria a um avanço de 15,4%, o maior crescimento entre as atividades pesquisadas pelo instituto.

O gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, ava-

Inflação acelera para todas as faixas de renda em março, diz Ipea

Pelo segundo mês consecutivo, o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda registrou, em março, alta da taxa para todas as faixas de renda. As famílias mais atingidas no mês foram as de renda média (rendimentos entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83) e média alta (entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66). No primeiro grupo a inflação de fevereiro para março passou de 0,98% para 1,09%; no segundo grupo, foi de 0,97% para 1,08%. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foram divulgados nesta terça-feira (13).

Assim como ocorreu em fevereiro, o segmento de Transportes foi o que mais contribuiu para a alta da inflação em todas as faixas de renda, no mês de março. O aumento de 11,2% no preço dos combustíveis impactou, mais fortemente, as famílias mais ricas. Já os reajustes de 0,11% nos preços de ônibus urbano e de 1,84% no preço dos trens, pesaram no resultado da variação para a classe de renda mais baixa. As famílias mais ricas, no entanto, tiveram um alívio inflacio-

nário nesse segmento com o recuo de 2% no preço das passagens aéreas e de 3,4% nos valores cobrados por aplicativos de transporte.

“Quando o combustível aumenta, sempre a inflação dos mais ricos acaba sendo mais afetada, porque esse grupo consome mais do que as famílias mais pobres, que também sofrem impacto, mas em proporção menor. Teve o aumento de combustível maior nas faixas mais altas, mas nas mais baixas também sofreram com a alta do trem e do ônibus urbano. A classe mais alta, de alguma maneira acabou tendo a inflação amenizada porque apesar do aumento de combustível teve queda de passagens aéreas e transporte por aplicativo. Essas duas quedas acabaram atenuando um pouco a inflação [para famílias] de renda mais alta”, disse a pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea, Maria Andréia Lameiras, em entrevista à Agência Brasil.

“O transporte afetou todo mundo, mas dentro do segmento cada item afetou cada família de forma diferente”, completou.

Cristina Índio do Brasil/ABR

lia, porém, que o resultado do mês não sinaliza recuperação do setor, mas um ajuste em relação ao mau desempenho dos dois meses anteriores. “Taxa de 0,6% é muito próximo do que chamamos de estabilidade”, disse.

Na comparação com fevereiro de 2020, último mês antes do início da pandemia do novo coronavírus, as vendas do varejo brasileiro caíram 3,8%. No acumulado do primeiro bimestre, as vendas do comércio apresentam queda de 2,1%.

“Em fevereiro, temos a volta do orçamento mensal das famílias a uma maior normalidade [após os gastos com pagamentos de impostos como IPVA e IPTU em

janeiro] e o retorno dos alunos às escolas, aquecendo as compras de material escolar”, explicou Santos.

“Assim, mesmo com o cancelamento do carnaval, que impacta, por exemplo, em menores vendas de bebidas alcoólicas nos supermercados, tivemos uma variação positiva esse mês”, completou.

Quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta em fevereiro, na comparação com o mês anterior. As vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 9,3%; de tecidos, vestuário e calçados avançaram 7,8%; e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,8%.

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Pacheco oficializa criação de CPI da Covid no Senado após decisão de ministro do Supremo



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), começou a ler nesta terça-feira (13) o requerimento que prevê a criação da CPI da Covid no Senado, o que representa um revés para o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que agora busca miná-la.

A leitura do requerimento ocorre cinco dias após decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso, que obrigou Pacheco a criar a CPI.

O plenário do Supremo vai analisar nesta quarta-feira (14) a questão, podendo confirmar ou rejeitar a decisão monocrática de Barroso. Existe a expectativa de que os ministros mantenham a determinação para a criação

da CPI, mas que determinem que seja instalada após a estabilização da pandemia do novo coronavírus.

A leitura do requerimento por Pacheco significa que a comissão foi criada. No entanto, não determina ainda a sua instalação e início das atividades.

O pedido que levou à criação da CPI cita a investigação das ações, omissões e possíveis crimes do governo federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19 e cita em particular o colapso do sistema de saúde de Manaus (AM).

Antes de a comissão iniciar as atividades, há um prazo até a meia-noite para que senadores incluam ou retirem suas assinaturas do requerimento. Caso o número de adesões caia abaixo dos 27

necessários, a CPI pode ser inviabilizada.

Além disso, a instalação de fato acontece apenas com a primeira sessão da comissão. Para isso, é necessário que os blocos partidários indiquem seus representantes para compor o colegiado. O governo pressiona para que partidos segurem as indicações, atrasando o processo.

A sessão foi marcada por uma grande pressão sobre a presidência da Casa, seja pela instalação ou por seu adiamento.

Lideranças e bancadas governistas também buscaram retardar a leitura do requerimento, apresentando dezenas de questões de ordem - pedidos - para que fossem analisados pela presidência.

Folhapress

Após laudo da PF, Procuradoria diz ao Supremo que mensagens da Lava Jato são inviáveis como prova



Laudo da Polícia Federal reforçou os argumentos do Ministério Público Federal contra o inquérito aberto pelo presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, para investigar integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Com base na conclusão policial, a Procuradoria afirmou ser tecnicamente impossível atestar a integridade e a autenticidade das mensagens apreendidas com os responsáveis pelo ataque hacker contra procuradores da República e outras autoridades -e, portanto, inviável seu uso como prova, como defende Martins.

O posicionamento do Ministério Público Federal foi enviado nesta segunda-feira

(12) à ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), relatora de recursos em que a legalidade da investigação do STJ é debatida.

No mês passado, atendendo a um pedido do ex-Lava Jato Diogo Castor de Matos, a ministra suspendeu o inquérito. A decisão está pendente de análise pela Primeira Turma da corte. Não há data prevista para o julgamento.

A liminar concedida por Rosa e a perícia da PF, segundo a avaliação de procuradores, reduziram as chances de o inquérito de Martins ir adiante, embora ele tenha recebido sinalizações favoráveis de ministros do Supremo críticos da Lava Jato.

A apuração do STJ foi aberta em fevereiro pelo

Câmara: relator apresenta nova proposta para Código de Processo Penal

O relator da comissão da Câmara dos Deputados que analisa mudanças no Código de Processo Penal (CPP), João Campos (Republicanos-GO), apresentou hoje (13) um novo parecer sobre a proposta, em substituição ao apresentado por ele em 2018. O novo texto traz 30 novas propostas pensadas ao projeto de lei original que veio do Senado em 2010.

Entre as alterações, o novo texto apresentado estabelece prazo de 5 anos para a efetivação da figura do juiz das garantias, aquele a quem caberá apenas a supervisão da investigação criminal, sem qualquer participação no julgamento da ação. A figura do juiz de garantias foi aprovada juntamente com o chamado pacote anticrime, em 2019, mas acabou suspensa por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux.

O novo parecer também define prazos para as prisões preventivas, que poderão ser de 180 dias, se decretada no curso da investigação ou antes da sentença condenatória

recorrível, e de 360 dias, se decretada ou prorrogada por ocasião da sentença condenatória recorrível, e estabelece que a prisão temporária passa a ser possível para qualquer tipo de crime.

O texto também propõe alterações no tempo de defesa do réu. Caso a proposta seja aprovada, o tempo será dado logo após a apresentação da denúncia. De acordo com o relator, o objetivo é eliminar a atual primeira fase do Tribunal do Júri, incluindo a sentença de pronúncia, por meio da qual o juiz atesta a necessidade de haver o júri popular, o que diminuiria o tempo do processo.

O parecer também prevê a inclusão no código da possibilidade de acordo de não persecução penal. A medida permite que o acusado, caso confesse formal e circunstanciadamente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, possa assinar termo de confissão de dívida em favor da vítima.

Luciano Nascimento/ABR

presidente do tribunal sob a justificativa de esclarecer se integrantes da Lava Jato tentaram investigar, ilegalmente, ministros da corte superior.

A hipótese foi levantada a partir de reportagens sobre o conteúdo das mensagens trocadas entre representantes da Procuradoria vazadas no ataque hacker em 2019.

O procurador Deltan Dallagnol, ex-coordenador da força-tarefa de Curitiba, também é um dos citados no inquérito do STJ.

Os peritos da PF apontaram dois caminhos possíveis para atestar a autenticidade e integridade das mensagens apreendidas em poder dos hackers.

Marcelo Rocha/Folhapress

Carlos Wizard reúne empresários em fundo de R\$ 50 mi para startups



Um grupo de 13 empresários lançou nesta segunda-feira o fundo Mentor S/A, para injetar R\$ 50 milhões em startups e negócios com potencial de crescimento.

A iniciativa foi criada por Carlos Wizard, da holding Sforza, (responsável por redes como KFC e Pizza Hut no Brasil), junto ao empresário Ricardo Bellino, com quem vinha realizando eventos online para empreendedores.

Também fazem parte do grupo nomes como Janguê Diniz (Ser Educacional), Caito Maia (Chilli Beans), Chaim Zaher (grupo SEB), Edu Lyra (Gerando Falcões), e a consultora Rachel Maia.

O fundo vai investir em dez negócios com operação mais consolidada e em dez startups, em estágio inicial.

Wizard afirma que os empresários investidores se dedicarão pessoalmente na seleção dos negócios e no apoio ao crescimento das empresas escolhidas. Eles terão liberdade para indicar com quais projetos possuem mais afinidade.

“Eu passei minha vida no setor de franquias. Se houver algo assim, terei interesse. Mas se aparecer alguém querendo explorar diamantes, pode ser um excelente negócio, mas não entendo nada. Então não tenho interesse em investir.”

Wizard diz que a possibilidade de ter orientações

de empresários experientes é um dos atrativos do seu fundo para as startups. Segundo ele, a participação nos resultados que cada investidor terá nas companhias escolhidas dependerá do tempo que ele dedicar a cada uma delas.

O fundo dos empresários será gerido pela Bossa Nova Investimentos, de Pierre Schurmann e João Kepler, conhecida por investir em um grande volume de empresas em estágio inicial.

Wizard diz que o objetivo é receber inscrições do maior número de empresas possível. Ele afirma que companhias em qualquer estágio de desenvolvimento podem participar da seleção.

Felipe Oliveira/Folhapress

O maior “cheque em branco” do mundo: “Uber asiático” vai abrir capital na Nasdaq



O aplicativo de transporte Grab, o maior do sudeste asiático, anunciou uma fusão com o SPAC Altimeter Growth Corp. para abrir seu capital na Nasdaq. Com a fusão, o Grab passa a ser avaliado em US\$ 39,6 bilhões. É o maior “cheque em branco” do mundo, como são conhecidos os SPACs (special purpose acquisition companies).

Como parte da negociação, o Grab, que tem entre seus investidores o Softbank, vai receber US\$ 4,5 bilhões em recursos, incluindo US\$ 4 bilhões captados por meio do mecanismo conhecido como PIPE (private investment public equity), em que a startup capta recursos de

Nuvini, de Pierre Schurmann, faz quarta aquisição e capta R\$ 400 milhões

A Nuvini, holding de internet que está construindo uma plataforma de software as a service (SaaS), comprou a Dataminer, empresa da área de big data, na sua quarta aquisição desde que foi criada em 2020 por Pierre Schurmann, um dos pioneiros da web no Brasil.

A aquisição, revelada com exclusividade pelo NeoFeed, acontece em um momento no qual os investidores estão ávidos por ativos de startups de software as a service, considerada uma das principais tendências do setor de tecnologia.

No começo de março deste ano, a Totvs pagou R\$ 1,86 bilhão pela RD Station, líder da área de marketing digital no Brasil, por uma fatia de 92% da startup fundada por Eric Santos, que foi avaliada em R\$ 2 bilhões, quase 10 vezes a sua receita projetada para 2021.

“Até 2025, queremos adquirir entre 80 e 90 empresas de três segmentos: marketing, ferramentas de finanças e produtividade”, disse Schurmann, ao Café com Investidor, programa do NeoFeed que entrevista os principais gestores de venture capital e private equity do Brasil.

Com a Dataminer, a Nuvini ganha um ativo que atua na área de big data e analytics e que já conta com mais de 400 clientes. Entre eles, companhias do porte de Edenred (dona da Ticket), Dell, Totvs, Comgas, Itaú e CPFL.

A companhia desenvolveu uma ferramenta chamada Datahub, que funciona como um hub de dados de diversas fontes públicas de governos municipais, estaduais e federais e que ajudam as empresas a gerar “insights”. “Ela é uma central de inteligência e de informações para marketing, vendas, riscos e compliance”, diz André Leão, fundador e CEO da empresa.

NeoFeed



um grupo de investidores.

Participam do aporte a gestora Blackrock, Fidelity, T. Rowe Price, o fundo Counterpoint Global, do Morgan Stanley, e Temasek, o fundo soberano de Cingapura.

“Há alguns anos, conversamos com investidores que nem sabiam onde o sudeste asiático ficava no mapa”, disse Anthony Tan, cofundador e CEO do Grab, no programa “Squawk Box”, da CNBC. “O anúncio de hoje mostra a validação da tremenda oferta que existe na região, e mostra que a estratégia de superapp funciona.”

Tan faz referência à quantidade de serviços que o Grab oferece. Além de transporte, o aplicativo conta com deli-

very de comida, uma plataforma de reserva em hotéis e serviços financeiros, como o pagamento via smartphone e a contratação de seguros.

O app atua principalmente no sudeste asiático, em países como Cingapura, Malásia, Camboja, Indonésia, Mianmar, Filipinas, Tailândia e Vietnã, além do Japão. Atualmente, o Grab tem mais de 187 milhões de usuários espalhados em 350 cidades.

O Grab competiu com a Uber durante alguns anos, até que a Uber decidiu vender sua operação na região para o rival asiático em 2018. Foi assim que o Grab entrou no ramo do delivery de comida, com a aquisição da operação UberEATS.

NeoFeed

Publicidade Legal

Balancos patrimoniais em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais)				Demonstrações dos resultados em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	2020	2019	
Circulante									
Caixas e equivalentes de caixa	4	31.252	226.750		2.465.852	2.465.852			
Não circulante									
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	5	480.834.012	449.590.594		(2.465.852)	(2.465.852)	(31.243.418)	(29.572.415)	
Total do ativo		480.834.012	449.590.594				31.055.552	29.431.595	
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Tributos a pagar		887	585		(188.434)	(185.513)			
Não circulante									
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	6	480.834.012	449.590.594		(188.434)	(185.513)			
Superveniências financeiras		30.046	217.912						
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	7	1.830.202	1.830.202						
Reserva de capital	7	430.900	250.400						
Prejuízos acumulados	9	(2.260.783)	(2.072.349)						
		319	8.253						
Total do passivo e patrimônio líquido		480.865.264	449.817.344		(188.434)	(185.513)	(195.498)	(139.352)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - (Valores expressos em Reais)				
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.830.202	63.400	(1.886.836)	6.766
Prejuízo do exercício	-	-	187.000	(187.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	187.000	-	187.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.830.202	250.400	(2.072.349)	8.253
Mutação do exercício				
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.830.202	250.400	(185.513)	1.487
Prejuízo do exercício	-	-	188.434	(188.434)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	180.500	-	180.500
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.830.202	430.900	(2.260.783)	319
Mutação do exercício				
	-	180.500	(188.434)	(7.934)

Alexandre Junior da Silva Nogueira – Diretor Presidente – Primo Aldríguez Junior – Diretor Relações com Investidores Carlos Roberto de Santana – CRC 1SP251493/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

liários (CCIs): Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 5 e 6, as Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs) que servem de lastro à emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) da Securitizadora são originadas por créditos de contratos de financiamento habitacional celebrados com mutuários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ) no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e que possuem cobertura do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), os quais serão convertidos em títulos CVM, quando da finalização do processo de novação. No entanto, devido (i) à natureza e complexidade envolvidos no processo de novação desses créditos e (ii) ao fato desses créditos estarem aguardando o resultado final de um processo administrativo instaurado pela Caixa Econômica Federal (CEF), os valores líquidos desses créditos registrados nas demonstrações financeiras podem variar significativamente quando de sua efetiva realização. **Continuidade operacional da Companhia:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia vem apresentando prejuízos acumulados nos últimos exercícios, sendo sua operação suportada por aportes efetuados pela sua controladora. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando a geração de caixa operacional ou de aporte de capital por parte dos acionistas e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Vision Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham uma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional adiante da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

bakertilly

Baker Tilly 4Partners
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralto
Contador
CRC 1SP-212.827/O-0

Taxa de empréstimo pessoal tem pequena alta em abril, aponta Procon-SP

A taxa média de empréstimo pessoal apresentou uma leve alta no mês de abril, apurou a Fundação Procon-SP. A taxa média de empréstimo pessoal encontrada em abril foi de 6,1% ao mês, aumento de 0,02 ponto percentual em relação ao mês anterior, quando a taxa estava em 6,08%.

Nesse período, apenas dois bancos aumentaram suas taxas de empréstimo pessoal, o Bradesco, que passou de uma taxa de 7,16% para 7,22% ao mês; e o Itaú, que alterou sua taxa de 5,91% para 5,97%. As demais instituições financeiras, segundo o Procon, mantiveram suas taxas. A menor taxa de empréstimo pessoal encontrada na pesquisa foi a da Caixa Econômica Federal, fixada em 3,89% ao mês.

Já a taxa média do cheque especial para pessoa física se manteve igual ao mês anterior, fixada em 7,96% ao mês. A menor taxa encontrada foi a do Banco do Brasil, de 7,73% ao mês, enquanto nos demais bancos era de 8%. Desde o ano passado, há um limite de cobrança de 8% ao mês para a taxa de juros do cheque especial para pessoa física, estabelecido pelo Banco Central.

Os especialistas do Procon-SP orientam o consumidor para que sempre avalie seus rendimentos e despesas para tentar economizar e evitar gastos desnecessários. Segundo os especialistas, o controle das finanças pessoais é a melhor forma de se livrar do endividamento.

A pesquisa de taxa de juros foi feita no dia 5 de abril no Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander.

Elaine Patrícia Cruz/ABR

Companhia Brasileira de Cartuchos
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021

Data, Hora e Local: 26/02/2021, às 09h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Guapituba, Ribeirão Pires-SP. **Presença:** Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio e constante na presente Ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil", nos dias 18, 19 e 20/02/2021. **Mesa:** Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Richard Gonçalves Silva. **Ordem do Dia:** (i) Reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da Companhia, contados a partir de 30/03/2021. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a reeleição dos seguintes membros da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia, contados a partir de 30/03/2021: **1. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro**, portador do RG nº 20.540.262-8 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 176.046.878-90, para o cargo de **Diretor Presidente**; **2. Fernando Salm**, portador do RG nº 27.199.033 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 287.388.248-41, para o cargo de **Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais**; **3. Salecio Nuhs**, portador do RG nº 26.360.389-1 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 437.953.159-72, para o cargo de **Vice-Presidente Comercial e de Relações Institucionais**; **4. Marcos Manoel Lopes Junior**, portador do RG nº 44.199.937-2 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 229.287.648-52, para o cargo de **Diretor de Operações**; **5. Paulo Ricardo Nascimento Gomes**, portador do RG nº 193350804 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 102.278.868-01, para o cargo de **Diretor Comercial**; **6. Richard Gonçalves Silva**, portador do RG nº 32.087.715-2 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 223.929.148.69, para o cargo de **Diretor Administrativo e Financeiro**; todos para um mandato até 30/03/2021. Os cargos de Diretor Industrial-RS, Diretor de Projetos e Diretor de Logística e Suprimentos permanecerão vagos por tempo indeterminado. Os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos e eleitos tomaram posse, neste ato, por meio de termos de posse arquivados na sede da Companhia e constantes desta Ata como Anexo II, e declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela; em virtude de pena que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Foram fixados os honorários globais e anuais da Diretoria Executiva no valor de até R\$ 8.070.521,23, a serem partilhados dentre os seus membros, podendo ser reajustados nos mesmos índices de correção de salários dos empregados da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Ribeirão Pires, 26/02/2021. **Mesa:** Fabio Luiz Munhoz Mazzaro: Presidente; Richard Gonçalves Silva: Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 154.159/21-9 em 08/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Leitesol Indústria e Comércio S/A
CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 – NIRE 35.300.131.321

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 02 de março de 2021

Data e Horário: 02/03/2021 às 11:00 hs. **Local:** Sede Social, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, s/nº, Km. 52,5, Sala A, Bragança Paulista-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Sebastian Luis Maraggi – Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia tomadas por Unanimidade:** Os acionistas aprovaram: a) O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E no dia 26/02/2021 e no Data Mercantil – Publicidade Legal em 26/02/2021; b) O Parecer dos Auditores Independentes "Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes"; c) A distribuição de 25% do Lucro Líquido remanescente, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, aos Acionistas, que corresponde ao valor de R\$ 15.045.276,65 a título de dividendos obrigatórios, assim como o saldo remanescente dos dividendos distribuídos nas assembleias anteriores serão pagos total ou parcialmente até 31/12/2021, se houver disponibilidade financeira e desde que não comprometa o capital de giro necessário ao cumprimento das demais obrigações da sociedade. d) A destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido à conta de "Reserva de Retenção Lucros", na forma do artigo 197 da Lei 6.404/76, para distribuição futura na forma de dividendos ou reinvestimento na companhia, nos termos do estatuto social. e) Ratificaram todos os atos da Diretoria anterior, ou seja, aquela que foi eleita para a gestão 2020/2021; (f) **Eleição dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegeram para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 ano, para o cargo de **Diretor Presidente – Sr. Sebastian Luis Maraggi**, RNE nº V175734-3 e CPF/MF nº 213.509.268-17 e para o cargo de **Diretor Administrativo – Sr. Alexandre Lima da Silva**, RG nº 22.252.822-9 e CPF/ME nº 180.433.658-069, que declaram, na forma da lei, que não estão condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia, assinando o competente Termo de Posse que segue como Anexo III da presente Ata. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. b) **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Bragança Paulista-SP, 02/03/2021. Assinaturas: **Secretário:** Alexandre Lima da Silva; Presidente: Sebastian Luis Maraggi. Mastellone Hermanos Sociedad Anónima P.p. Benedito Celso Benicio Jr., Mastellone San Luis Sociedad Anónima P.p. Benedito Celso Benicio Jr. Benedito Celso Benicio Jr. – OAB-SP nº 131.896. JUCESP – Registrado sob o nº 154.029/21-6 em 08/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil
Para a versão online do jornal acesse nosso site: www.datamercantil.com

Publicidade Legal

OTPV Participações S.A.
CNPJ/ME nº 31.059.221/0001-69 – NIRE nº 35.300.519.256
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2020
Data, Hora e Local: Em 16 de março de 2020, às 10:00 horas, na sede da OTPV Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte K, Butantã, CEP 05501-050. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. **Presença:** Presente o acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, a saber: Odebrecht Transport S.A. **Mesa:** Rodrigo Barbosa Veloso – *Presidente*; Leonardo Martins Franco – *Secretário*. **Ordem do Dia:** (i) conhecimento do pedido de renúncia de membro da Diretoria; (ii) eleição de membro da Diretoria. **Deliberações:** Antes de iniciarem-se os trabalhos do dia, o acionista presente tomou conhecimento da renúncia recebida do Diretor **Hugo Gonçalves Vieira de Assunção**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.802.578-00, portador da carteira de identidade RG nº 23.383.414-X SSP-SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050. Sem quaisquer emendas ou ressalvas, o acionista presente tomou as seguintes deliberações: (i) Eleger o Sr. **Adriano Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.389.645-15, portador da carteira de identidade RG nº 3.573.829-43 SSP-BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050, para o cargo de Diretor Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar do dia 10 de abril de 2019, o qual aceitou o cargo para o qual foi eleito, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e ato contínuo, tomou posse mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, o qual permanecerá arquivado na sede da Companhia. O Diretor ora eleito renuncia a qualquer tipo de remuneração, por já serem pagos por outra empresa do mesmo grupo econômico; (iii) Autorizar a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76, conforme alterada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que foi aprovada pelo único acionista da Companhia. **Mesa:** Rodrigo Barbosa Veloso – *Presidente*; Leonardo Martins Franco – *Secretário*. **Acionista:** Odebrecht Transport S.A. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 16 de março de 2020. **Mesa:** Leonardo Martins Franco – *Secretário*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 137.873/21-9 em 12/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – *Secretária Geral*.

AWW Consultoria Eireli
CNPJ/ME nº 22.726.031/0001-67 – NIRE 35.601.038.028
Extrato da Deliberação do Sócio Único
Realizada em 13 de abril de 2021, às 14h00 horas, na sede social na Rua Deputado Laércio Corte, nº 951, Torre Mogno, 1º andar, Apartamento nº 11, Morumbi, CEP 05706-290, São Paulo-SP. **Presença:** Sócio único representando a totalidade do capital social. **Deliberação tomada:** nos termos do artigo 1.082, inciso II da Lei 10.406/02, aprovo o sócio único uma redução de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no valor da quota única, passando o capital social da Sociedade de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por encontrar-se excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. São Paulo, 13 de abril de 2021. Sócio Único: **Willi Forster Wege**.

Epharma – PBM do Brasil S.A.
CNPJ/ME nº 03.448.808/0001-24 – NIRE 35.300.173.872
Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os senhores Acionistas da **Epharma – PBM do Brasil S.A.** ("Sociedade") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22/04/2021, às 10hs, na sede da Sociedade, localizada em Barueri/SP, Alameda Mamoré nº 989, conjunto 902, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar e votar sobre a aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade destinado aos colaboradores que exercam cargos de diretoria e gerência; e (ii) autorizar a Diretoria Executiva a praticar todos os atos necessários à implementação do referido Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade. Informam, outrossim, que os documentos relativos às matérias a serem debatidas em Assembleia Geral Extraordinária encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Sociedade. (14, 15 e 16/04/2021)

OTPV Participações S.A.
CNPJ/ME nº 31.059.221/0001-69 – NIRE nº 35.300.519.256
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2019
Data, Hora e Local: Em 20 de agosto de 2019, às 09h30, na sede da OTPV Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Parte K, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Hugo Gonçalves Vieira de Assunção – *Presidente*; e Simone de Fátima Bacalhau – *Secretária*. **Ordem do Dia:** 1) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia de R\$ 119.973.092,00 (cento e noventa e sete milhões, novecentos e setenta e três mil, noventa e dois reais) para R\$ 120.165.940,00 (cento e vinte milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais), sendo esse aumento no valor de R\$ 192.848,00 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais), mediante a emissão de 192.848 (cento e noventa e duas mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação; 2) Tomar ciência e ratificar a nomeação da empresa de avaliação independente **Sacramento Consultoria e Serviços Contábeis**, com sede na Rua Jesuíno Arruda, número 122, apto 191 C, CEP 04532-080, Itaim Bibi, São Paulo-SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 28.773.233/0001-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC-SP 038101/0-1, tendo como contador responsável o Sr. Marcelo Bispo do Sacramento, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 00.615.871-41 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.860.495/72 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia sob o nº CRC-BA 005327/0-1, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório no referido endereço ("Empresa Avaliadora"), para realizar a avaliação contábil dos ativos a serem conferidos ao capital social da Companhia; 3) Apreciar e deliberar sobre a aprovação do laudo de avaliação referido no item 2) acima ("Laudo de Avaliação"); e 4) Deliberar sobre a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e 5) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima. **Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, o quanto segue: 1) Aprovar o aumento do capital social de R\$ 119.973.092,00 (cento e noventa e sete milhões, novecentos e setenta e três mil, noventa e dois reais) para R\$ 120.165.940,00 (cento e vinte milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais), sendo esse aumento no valor de R\$ 192.848,00 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais), mediante a emissão de 192.848 (cento e noventa e duas mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, calculado com base no inciso II do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista OTP e integralizadas mediante a conferência, à Companhia, de créditos, nos termos do Boletim de Subscrição anexo (Anexo I). 2) Ratificar a indicação da Empresa Avaliadora, que avaliou e elaborou o Laudo de Avaliação, a valor contábil, dos Ativos, ora conferidos ao capital da Companhia nos termos do item 1) acima. 3) Aprovar o Laudo de Avaliação dos Ativos, que integra a presente ata como Anexo II. 4) Aprovar a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º. O capital social é de R\$ 120.165.940,00 (cento e vinte milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais), dividido em 120.165.940 (cento e vinte milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal." 5) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima aprovadas. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 20 de agosto de 2019. **Mesa:** Hugo Gonçalves Vieira de Assunção – *Presidente*; e Simone de Fátima Bacalhau – *Secretária*. **Acionista:** Odebrecht Transport S.A. representada por Hugo Gonçalves Vieira de Assunção e Rodrigo Barbosa Veloso. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 20 de agosto de 2019. **Mesa:** Hugo Gonçalves Vieira de Assunção – *Presidente*; Simone de Fátima Bacalhau – *Secretária*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 137.872/21-5 em 12/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – *Secretária Geral*.

Acesse nosso site:
www.datamercantil.com.br

ACECO TI Ltda.

CNPJ/ME nº 43.209.436/0001-06
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado						
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019					
Circulante	62.543	36.480	86.195	61.646	Circulante	21.525	23.186	65.038	59.114	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	40.933	49.422	44.827	52.372					
Caixa e equivalentes de caixa	3.096	7.662	8.569	12.696	Fornecedores	8.912	10.018	31.837	27.038	Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o Caixa (aplicado nas)									
Contas a receber	16.104	14.735	25.661	24.003	Empréstimos e financiamentos			16.176	14.214	gerado pelas atividades operacionais:									
Estoques	3.289	2.137	5.127	4.735	Arrendamento mercantil	1.583	1.335	1.583	1.335	Resultado de equivalência patrimonial	1.532	(14.601)	-	-					
Impostos a recuperar	6.944	8.958	12.684	15.707	Obrigações tributárias	4.027	3.694	7.001	6.539	Depreciações e amortizações	2.148	3.650	2.249	3.763					
Despesas antecipadas	273	418	279	419	Salários e encargos	4.067	4.022	5.021	5.034	Baixas de ativo imobilizado e intangível	798	-	925	-					
Outros créditos	32.857	2.570	33.875	4.086	Adiantamentos de clientes	2.892	2.126	3.091	2.898	Provisões passivas	14.428	(3.922)	9.312	(6.022)					
Não circulante	231.155	213.585	213.887	166.710	Outras contas a pagar	24	1.991	329	2.056	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(284)	(2.125)	124	(829)					
Créditos com terceiros	1.901	7.261	2.027	7.526	Não circulante	109.096	92.261	71.968	44.360	Provisão para obsolescência nos estoques	(1.040)	(2.964)	(692)	(1.955)					
Partes relacionadas	108.237	95.810	122.615	73.212	Arrendamento mercantil	2.856	3.871	2.856	3.871	Juros apropriados – arrendamento mercantil	462	476	462	476					
Impostos diferidos	79.210	70.516	76.914	70.516	Obrigações tributárias	750	606	750	606	Juros apropriados – empréstimos	-	-	1.025	899					
Outros créditos	3.640	4.567	3.896	4.803	Outras contas a pagar	1.791	11.619	140	12.999	58.977	29.936	58.232	48.704						
Investimentos	30.147	25.252	-	-	Adiantamentos de clientes	543	-	543	-	Redução (aumento) em ativos operacionais:									
Bens de direito de uso	3.715	4.919	3.715	4.919	Provisão para perdas em controladas	43.287	54.615	-	-	Contas a receber	(1.084)	2.210	(6.698)	(600)					
Imobilizado	2.538	3.174	2.902	3.593	Partes relacionadas	34.029	9.995	27.585	2.867	Estoques	(112)	2.295	300	(872)					
Intangível	1.767	2.086	1.818	2.141	Impostos diferidos	-	-	-	709	Impostos a recuperar	2.015	(2.993)	3.023	(4.032)					
Total do ativo	293.698	250.065	300.082	228.356	Provisões	25.840	11.555	40.094	23.308	Partes relacionadas	(27.368)	(61.805)	(24.685)	(70.357)					
Demonstrações do Resultado Abrangente					Demonstrações do Resultado					Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto									
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		2020		2019		2020		2019		2020		2019		2020		2019			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.173	(256.813)	29.562	(254.768)	Patrimônio líquido	163.076	134.618	163.076	124.882	Capital social	146.656	146.656	146.656	146.656	Reserva especial de ágio	254.075	254.075		
Outros resultados abrangentes					Reserva especial de ágio	254.075	254.075	254.075	254.075	Prejuízos acumulados	(226.640)	(256.813)	(226.640)	(256.813)	Prejuízos acumulados	(226.640)	(256.813)		
Contábeis de controladas situadas no exterior	(1.715)	(4.187)	8.625	(4.490)	Prejuízos acumulados	(226.640)	(256.813)	(226.640)	(256.813)	Ajustes de avaliação patrimonial	(11.015)	(9.300)	(11.015)	(9.300)	Ajustes de avaliação patrimonial	(11.015)	(9.300)		
Resultado abrangente total do exercício	28.458	(261.000)	38.187	(259.258)	Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(9.736)	163.076	134.618	163.076	134.618	Total do passivo e patrimônio líquido	293.298	250.065	300.082	228.356	
Atribuível aos:					Total do passivo e patrimônio líquido	293.298	250.065	300.082	228.356										
Quotistas controladores	28.458	(261.000)	28.458	(261.000)	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido														
Quotistas não controladores	-	-	9.729	1.742	Reservas de Capital														
					Controladora					Consolidado									
					2020					2019									
Receita operacional líquida	108.533	105.796	130.070	129.991	Reserva para Plano de Opção de Compra de Ações	48.561	3.364	(678.152)	(5.113)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	(68.076)	(60.340)	(83.036)	(76.284)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Lucro bruto	40.457	45.456	47.035	53.707	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Recargas (despesas) operacionais					Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Despesas com vendas	(4.312)	(7.172)	(5.438)	(7.851)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Despesas gerais e administrativas	(12.545)	(4.518)	(16.514)	(7.387)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	(1.532)	14.601	-	-	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	15.496	(1.504)	15.035	6.971	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro	37.564	46.863	40.119	45.440	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Resultado financeiro					Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Recargas financeiras	13.789	7.800	22.017	20.739	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Despesas financeiras	(10.420)	(5.241)	(17.309)	(13.807)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Saldos em 31/12/2018	723.712	15.171	48.561	3.364	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.364	(678.152)	(5.113)	107.543	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	107.543	(11.478)	Participação de acionistas não controladores	(11.478)					
Absorção de prejuízos acumulados	(611.056)	(15.171)	(48.561)	(3.364)	Reserva para Prejuízos de ações dos acionistas não controladores	3.													

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 05.032.035/0001-26

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas	Capital social	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Reserva de Avaliação Patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	2020	2019									Controladora	Consolidado	2020	2019
Circulante	176.165	137.456	186.387	153.743	Saldo em 31 de dezembro de 2018	64.780	170	70.097	34.267	(53.457)	115.857	Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Caixa e equivalentes de caixa	7	85	485	173	Aumento de capital	5.300	—	(5.300)	—	—	—	44.499	44.377	46.056	45.475	
Aplicações financeiras	8(a)	149.744	114.787	159.839	Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Fundos de Investimento em direitos creditórios - Negociação	8(c)	—	—	3.751	Varição cambial participações no exterior (nota 5(c))	—	—	—	—	—	(28.085)	2.601	2.089	2.611	2.161	
Investimento em carteira - Negociação	8(d)	—	—	3.020	Lucro líquido do exercício	—	—	—	27.641	—	27.641	—	—	—	—	
Ativos Financeiro - Custo Amortizado	8(e)	—	1.288	—	Destinação do lucro:	—	—	—	—	—	25.971	—	—	—	—	
Contas a receber	8(f)	18.814	15.988	18.822	Reserva legal	—	—	1.381	(1.381)	—	—	—	—	—	—	
Outras contas a receber	8(g)	676	431	678	Reserva estatutária	—	—	18.382	(18.382)	—	—	—	—	—	—	
Adiantamentos e antecipações	9(a)	6.506	4.295	6.534	Dividendos obrigatórios (nota 20)	—	—	(7.878)	—	—	(7.878)	9.386	2.546	—	—	
Tributos a recuperar e compensar	9(b)	340	182	341	Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.080	170	84.560	60.238	(81.542)	133.506	—	—	172	1.126	
Não circulante	24.492	37.220	16.112	23.753	Aumento de capital	14.500	—	(14.500)	—	—	—	56.486	48.721	52.049	46.648	
Ativos financeiros - Custo Amortizado	8(e)	—	5.150	—	Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Investimento em controlada	10	8.393	14.569	—	Varição cambial participações no exterior (nota 5(c))	—	—	—	—	—	20.398	20.398	—	—	—	
Tributos a recuperar e compensar	9(b)	5.558	5.316	5.557	Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	26.913	—	—	—	—	
Imobilizado em uso	11(a)	6.470	4.830	6.475	Reserva de Avaliação Patrimonial	—	—	—	—	—	(17.188)	—	—	—	—	
Bens intangíveis	11(b)	1.954	1.726	1.954	Destinação do lucro:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Direitos de uso	11(c)	2.117	5.629	2.126	Reserva legal	—	—	1.346	(1.346)	—	—	—	—	—	—	
Total do ativo	200.657	174.676	202.499	177.496	Reserva estatutária	—	—	17.897	(17.897)	—	—	—	—	—	—	
Circulante	42.516	35.233	44.351	38.032	Dividendos obrigatórios (nota 20)	—	—	(7.670)	—	—	(7.670)	—	—	—	—	
Fornecedores	12	5.152	1.605	5.153	Saldo em 31 de dezembro de 2020	84.580	170	89.303	43.050	(61.144)	155.959	Dividendo por ação em R\$ mil - 2020 - R\$ 0,31 (2019 - R\$ 0,32)				
Empréstimos	17	—	—	2	Demonstração do Resultado Abrangente	Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado						
Outras obrigações	13	29.449	24.879	29.613	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	
Outras contas a pagar	14	245	871	324	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	21	150.226	122.395	150.355	122.396
Dividendos a pagar	16	7.670	7.878	7.670	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	22	—	—	(1.384)	4.825
Contingências	15	—	—	1.589	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	23	(2.053)	(844)	(2.057)	(852)
Não Circulante	2.182	5.937	2.189	5.958	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	
Obrigações de Direito de Uso	11(c)	2.182	5.937	2.189	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	24	(91.126)	(75.876)	(97.800)	(80.506)
Patrimônio líquido	155.959	133.506	155.959	133.506	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	25	(3.461)	(2.689)	(4.130)	(3.292)
Capital social	84.580	70.080	84.580	70.080	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	26	(813)	(824)	(2.441)	(1.388)
Reserva de capital	170	170	170	170	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Reserva de lucros	89.303	84.560	89.303	84.560	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial	(61.144)	(81.542)	(61.144)	(81.542)	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Reserva de Avaliação Patrimonial	43.050	60.238	43.050	60.238	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	155.959	133.506	155.959	133.506	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Total do patrimônio líquido e passivo	200.657	174.676	202.499	177.496	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—

Balanco Patrimonial	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas	Capital social	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Reserva de Avaliação Patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	2020	2019									Controladora	Consolidado	2020	2019
Circulante	42.516	35.233	44.351	38.032	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	
Fornecedores	12	5.152	1.605	5.153	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	21	150.226	122.395	150.355	122.396
Empréstimos	17	—	—	2	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	22	—	—	(1.384)	4.825
Outras obrigações	13	29.449	24.879	29.613	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	23	(2.053)	(844)	(2.057)	(852)
Outras contas a pagar	14	245	871	324	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	
Dividendos a pagar	16	7.670	7.878	7.670	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	24	(91.126)	(75.876)	(97.800)	(80.506)
Contingências	15	—	—	1.589	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	25	(3.461)	(2.689)	(4.130)	(3.292)
Não Circulante	2.182	5.937	2.189	5.958	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	26	(813)	(824)	(2.441)	(1.388)
Obrigações de Direito de Uso	11(c)	2.182	5.937	2.189	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Patrimônio líquido	155.959	133.506	155.959	133.506	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Capital social	84.580	70.080	84.580	70.080	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Reserva de capital	170	170	170	170	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Reserva de lucros	89.303	84.560	89.303	84.560	Resultado líquido do exercício	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial	(61.144)	(81.542)	(61.144)	(81.542)	Varição cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Reserva de Avaliação Patrimonial	43.050	60.238	43.050	60.238	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CPC 42/IAS 29	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	(17.188)	(25.971)	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	155.959	133.506	155.959	133.506	Resultado abrangente do exercício	30.123	25.527	30.123	25.527	30.123	25.527	10	(9.386)	(2.546)	—	—
Total do patrimônio líquido e passivo	200.657	174.676	202.499	177.496	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26.913	27.641	26.913	27.641	26.913	27.641	10	(9.386)	(2.546)	—	—

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Informações gerais - A Recovery do Brasil Consultoria S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e está domiciliada em São Paulo, Brasil, com sede na Avenida Paulista, 1294 18º andar. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido na prestação de serviços de (a) consultoria em geral em assuntos econômicos, financeiros e administrativos nas áreas comerciais, financeiras e de mercado de capitais; (b) administração de recursos de terceiros, assim entendida a administração financeira de recursos, de fundos de investimento e de carteira de títulos e valores mobiliários; (c) tecnologia da informação, processamento de dados e reengenharia; e (d) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31/03/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3. Base de preparação** - A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais da prática financeira (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com entidades investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados

... continuação

Controladora	RBD FCR Total Fideicomiso			Consolidado 2020
	CDB	149.744	3.502	
Compromissadas	-	43	43	43
Fundos liquidez imediata	-	6.549	6.549	6.549
	149.744	10.094	159.839	159.839

Reapresentando os valores de 2019, ficam da seguinte forma:

Controladora	RBD FCR Total Fideicomiso			Consolidado 2019
	CDB	114.787	-	
Fundos liquidez imediata	-	7.327	7.327	8.334
	114.787	7.327	122.114	123.121

Em 2019 os valores eram representados conforme abaixo

Controladora	RBD FCR Total Fideicomiso			Consolidado 2019
	CDB	113.431	-	
Fundos liquidez imediata	-	7.327	7.327	8.334
	113.431	7.327	120.758	121.765

(b) Instrumentos Financeiros – Valor Justo por Meio de Resultado: Corresponde ao direito pela aquisição do fluxo financeiro líquido (fluxos positivos e negativos) relacionados aos créditos da carteira de veículos que pertence ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados – NPLI. O impairment está sendo revertido na conta de Resultado no grupo de Receitas financeiras, demonstrado na nota 27 na linha de Outros ajustes de investimentos. Em Novembro de 2020, a companhia decidiu devolver ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados – NPLI a carteira, onde foi avaliada pelo valor de R\$ 167 registrado no Resultado. Todo saldo do ativo foi baixado diretamente para o Resultado.

	2020	2019
Valor aquisição	-	4.480
Amortização	(2.842)	(2.842)
Impairment	-	(1.638)

(c) Fundos de investimento em direitos creditórios: São representados por fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, cujas carteiras são de créditos de consumo e empréstimos bancários classificados como *Non Performing Loan*. Os fundos são designados pelo valor justo através do resultado. Em 01/2020 o houve a liquidação do FIDC América, sendo assim, o saldo do Ativo foi totalmente baixado contra resultado.

Participação	Consolidado	
	2020	2019
Fidc América*	100%	-
	3.751	3.751

* O investimento é avaliado pela valorização da cota (CETIP). **(d) Investimentos em carteiras:** São representados por créditos de consumo, hipotecários e empréstimos bancários classificados como *Non Performing Loans* e avaliados ao valor justo com base nas premissas alinhada com as melhores práticas de mercado (taxa de desconto, curvas históricas, etc.). Em 09/2020 o Fideicomiso BNSA, foi vendido, portando os saldos representados no Ativo foram 100% baixados nesta data, gerando um resultado financeiro que foi registrado no Resultado na linha de Resultado com Baixa de Investimento.

	2020	2019
Carteira de crédito – BNSA	-	-
Valorização a mercado (MTM)	-	3.020
	-	3.020

(e) Investimentos em debêntures: Em 2020 são representadas por 33 debêntures (em 2019 eram representadas por 33 debêntures) referente a 1ª emissão da companhia Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, que tem como missão estruturar e emitir debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos de consumo e financeiros. As debêntures são remuneradas por 110% do CDI acumulado, com vencimento para 2024. Abaixo características gerais das debêntures: **Tipo:** simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações. **Espécie:** quirografia com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da sociedade. Os principais cedentes dos direitos creditórios são: Banco Santander S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal, Cetelem Brasil S.A. Em 07/2020 a companhia vendeu ao Itaú Unibanco S.A. as debentures abaixo pelo valor de R\$ 4.625.

	2020		Resultado 2020	
	Saldo Inicial	Ganho/Perda	Valor Venda	Resultado
4ª Série	5.135	(214)	(3.014)	1.907
3ª Série	150	-	(654)	(504)
2ª Série	1.153	(1)	(957)	195
Total	6.438	(215)	(4.625)	1.598

	2019		Resultado 2019	
	Saldo Inicial	Aquisição	Amortização	Resultado
4ª Série	5.224	-	(89)	5.135
3ª Série	127	-	23	150
2ª Série	962	-	191	1.153
Total	6.313	-	125	6.438

(f) Contas a receber – clientes: São valores a serem recebidos de clientes por serviços prestados e reembolsos por despesas pagas por conta e ordem de seus.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber	18.542	15.908	18.550	16.119
Reembolso de despesas	272	80	272	81
	18.814	15.988	18.822	16.200

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a receber	676	431	678	476

9. Outros ativos – (a) Adiantamentos e antecipações

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas antecipadas	2.969	1.679	2.969	1.679
Depósitos judiciais	3.005	2.213	3.033	2.234
Adiantamento a fornecedores	273	272	273	306
Adiantamentos a empregados	258	128	258	129
Garantias	-	-	-	-
Adiantamentos de despesas	2	3	2	3
	6.506	4.295	6.534	4.351

(b) Tributos a compensar e a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Crédito tributário (Imposto diferido)	5.558	5.316	5.557	6.340
Tributos a recuperar	179	182	160	671
Tributos retidos na fonte	161	-	181	45
Tributos antecipados	-	-	-	66
	5.898	5.498	5.898	7.122

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as empresas da Argentina é aplicado a alíquota de 30%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo de imposto diferido	5.558	5.316	5.557	6.340
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	-	-	-
Ativo de imposto diferido (líquido)	5.558	5.316	5.557	6.340

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	5.316	5.440	5.316	5.440
Adições (baixa) temporárias de provisão e outros	242	(124)	242	(124)
Em 31 de dezembro	5.558	5.316	5.557	6.340

Ativo de imposto diferido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	3.071	5.452	2.486	898
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	5.557	6.340	5.557	6.340

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	6.340	7.665	6.340	7.665
Varição Cambial	-	-	-	-
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(1.888)	(164)	326	(696)
Adições (baixa) temporárias de provisão e outros	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	5.557	6.340	5.557	6.340

10. Participações em controladas

Empresas	31/12/2019	Saldo em 31/12/2019	Aumento no Valor de Resultado		Resultado de participação no período	Saldo em 31/12/2020
			Aquisição	Ajuste de inflação		
FC Recovery	14.569	(17.188)	(9.386)	20.398	8.393	8.393
Total geral	14.569	(17.188)	(9.386)	20.398	8.393	8.393

11. Imobilizado – (a) Imobilizado em uso

Empresas	31/12/2018	Saldo em 31/12/2018	Resultado de participação no período	Resultado de participação no período	Saldo em 31/12/2019
FC Recovery	19.229	25.971	(2.546)	(28.085)	14.569
Total geral	19.229	25.971	(2.546)	(28.085)	14.569

12. Fornecedores – Os saldos abaixo correspondem a valores referente aquisição de serviços e consumo que serão liquidados até o fim do exercício subsequente:

Fornecedores Nacionais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores Estrangeiros	5.152	1.605	5.153	1.605
	5.152	1.605	5.153	1.610

13. Outras obrigações

Obrigações trabalhistas e previdenciárias (1)	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações tributárias (2)	21.696	17.138	21.853	17.753
	7.753	7.741	7.760	8.298
	29.449	24.879	29.613	26.051

(1) O saldo refere-se as provisões trabalhistas e encargos referente a folha de pagamento de dezembro. (2) O saldo refere-se a impostos diretos e indiretos que serão recolhidos no mês de janeiro.

14. Outras contas a pagar

Provisões para pagamento de despesas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a repassar	-	371	-	370
Serviços terceiros	195	161	195	160
	245	871	324	1.061

15. Contingências passivas – A administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes não constituiu qualquer provisão no que se refere a autuação fiscal ocorrida em 2011 no valor de R\$ 6.180 – atualizado nesta data R\$ 9.497, visto que, além da opinião de seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda é possível, o cessionário dos créditos cedidos pela Companhia, objeto de tal autuação fiscal, formalmente assumiu todas as responsabilidades financeiras decorrentes dessa contingência. A Companhia não tem conhecimento sobre quaisquer outras contingências passivas envolvendo questões civis, tributárias, trabalhistas ou outras.

16. Dividendos a pagar

Dividendos mínimos obrigatórios	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	7.670	7.878	7.670	7.878
	7.670	7.878	7.670	7.878

17. Empréstimos

Cartão de Crédito Corporativo a pagar (FCR)	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	-	2	-	15
	-	2	-	15

18. Transações com partes relacionadas – O saldo de ativos e passivos em 31/12/2020 e 2019 são relativos a receitas e despesas. E estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A	149.565	3.482	114.610	5.748
Contas a receber	-	-	-	-
Iresolvo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A	6.301	50.485	5.020	34.339
Itaú Unibanco S.A	-	2.832	-	240
Outros	-	732	-	-
Contas a pagar	-	(76)	-	(26)
FC Recovery	-	-	-	-
	149.565	54.729	114.610	40.092

19. Patrimônio líquido – Em 31/12/2020 o capital social, subscrito está representado por 24.368.778 ações ordinárias. Conforme estabelece a cláusula 36a do Estatuto Social da Companhia, os acionistas concordam que os dividendos anuais distribuídos pela Companhia sejam de no mínimo 30% do lucro líquido relativo a cada exercício social, após terem sido feitas todas as reservas estatutárias e quaisquer investimentos previstos em qualquer plano de negócios adotado pela Companhia para o exercício social seguinte. Em 2020 e 2019 foi ajustada diretamente ao patrimônio a variação cambial dos investimentos em controladas no exterior, com moeda funcional diferente do real. Em cumprimento a Lei 6.404 Art. 199, em abr/2020 houve a capitalização do excesso da reserva de lucro no valor de R\$ 14.500. Com essa capitalização o capital social da companhia passou a ser R\$ 84.580.

20. Dividendos – O capital social da Companhia é de R\$ 84.580, sendo destinado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, disposto no Estatuto Social, de 30% do lucro líquido da Controladora. Constam provisionados R\$ 7.670 relativos aos dividendos mínimos do respectivo exercício social. Em Assembleia Geral de 30/04/2019 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.878 referente a exercício anterior. Em 29/09/2019 foi efetuado o pagamento. **21. Receitas líquidas de serviços – Referem-se às receitas oriundas da prestação de serviços de gestão de cobrança das carteiras de créditos nas empresas do Grupo, como segue:**

Empresas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recovery Consultoria	150.226	122.395	150.226	122.395
FC Recovery	129	1	129	1
	150.355	122.396	150.355	122.396

22. Cobranças líquidas de carteiras – São receitas decorrentes de recuperação de créditos de consumo, hipotecários e empréstimos bancários classificados como *Non Performing Loans*.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Carteira de crédito – BNSA	(1.384)	4.825	(1.384)	4.825

23. Despesas de cobrança – De acordo com contratos de prestação de serviços, a Companhia paga despesas referente a recuperação e cobrança de carteiras de crédito junto às seguintes instituições financeiras, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Carteira Itaú	2053	811	2053	811
Despesa de campanha	-	33	-	40
	2053	844	2053	852

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração a empregados	31.016	26.560	35.914	29.111
Bonificações a empregados	14.000	15.225	14.890	16.078
Encargos sociais	10.265	8.899	10.664	9.150
Despesa com informática	16.713	7.989	16.737	8.024
Benefício a empregados	7.567	6.591	7.760	6.817
Licença de uso	5.531	4.603	5.549	4.617
Aluguel e despesas relacionada com imóvel	3.143	2.890	3.283	3.180
Ativo Direito de Uso	(881)	(450)	(920)	(521)
Honorários da diretoria	2.601	2.089	2.611	2.160
Comunicação	-	305	-	31
Outras	816	449	877	549
Viagens	135	336	119	346
Despesas com escritório	12	89	25	110
Outras despesas com pessoal	110	239	121	258
	67.800	57.821	73.800	63.821

25. Despesas com serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019

Publicidade Legal

... continuação

nstração pretende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utiliza-

das e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo

de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5

Fabio de Oliveira Araujo
Contador
CRC 1SP 241.313/O-3

Green4T Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.696.620/0001-34

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancete Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	2020	2019	2020	2019						
Circulante	193	355	119.640	91.423						
Caixa e equivalentes de caixa	32	211	18.029	20.502	1.200	150	228	1.578	148	1.726
Contas a receber	-	-	42.013	38.897	2	-	-	2	-	2
Estoques	-	-	8.129	5.569	-	122.983	-	-	122.983	-
Impostos a recuperar	114	37	15.943	19.197	-	(20.575)	-	(20.575)	-	(20.575)
Despesas antecipadas	3	6	702	562	-	(415)	-	(415)	-	(415)
Outros créditos	43	100	34.823	6.695	-	-	(298.945)	(298.945)	7.740	(291.204)
Não circulante	981.811	941.886	889.646	893.084						
Contas a receber	-	-	530	-	-	836.837	-	836.837	-	836.837
Créditos com terceiros	1.028	851	6.320	12.246	1.202	938.830	150	(298.717)	(4.236)	637.229
Partes relacionadas	9.469	233	3.320	-	-	(1.935)	-	(1.935)	(17.660)	(21.896)
Impostos diferidos	-	-	83.125	71.725	-	-	12.009	12.009	153	12.362
Outros créditos	-	-	5.927	5.643	-	-	-	(5.073)	-	(5.073)
Investimentos	971.135	937.941	-	-	-	-	-	(1.663)	10.338	8.675
Bens de direito de uso	-	2.767	8.718	15.600	1.202	931.822	150	(286.508)	(5.899)	640.767
Imobilizado	180	94	13.790	16.396	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	767.916	771.474	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	982.005	942.241	1.009.287	984.507						
Passivo e Patrimônio Líquido	23.105	19.616	115.059	97.083						
Circulante	1.196	195	44.183	32.632						
Fornecedores	-	-	19.940	15.897	-	(22.383)	(25.367)	-	160	(11.330)
Emprestimos e financiamentos	-	-	619	3.785	-	(7.396)	(3.003)	(40.196)	5	2.488
Arrendamento Mercantil	14.402	10.764	14.402	10.764	-	-	-	-	236	959
Debitores	20	16	9.939	8.868	-	-	-	-	-	(198)
Obrigações tributárias	1.195	959	12.233	9.722	-	-	-	-	-	1.854
Salários e encargos	-	-	4.137	4.810	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	6.291	7.063	6.441	9.912	838	(12)	13.784	7.173	(9.807)	654
Não circulante	318.133	285.395	252.742	259.967						
Emprestimos e financiamentos	-	-	4.235	3.638	23.506	(282.562)	39.169	29.817	-	(1.117)
Arrendamento Mercantil	-	-	2.646	12.567	-	-	-	-	-	(254)
Debitores	182.109	185.352	182.109	185.352	498	14	34.209	25.120	(1.283)	(2.192)
Obrigações tributárias	-	-	2.787	606	(11.795)	(16.397)	(42.778)	(40.839)	-	-
Outras contas a pagar	3.555	12.590	13.426	31.431	12.209	(298.944)	30.600	14.098	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	2.830	2.355	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	132.469	84.807	-	-	-	-	(5.587)	(3.890)	-	-
Impostos diferidos	-	-	1.250	710	-	-	-	-	(265)	-
Provisões	-	-	40.241	23.308	-	-	-	-	(686)	(96)
Patrimônio líquido	640.767	637.229	641.486	627.458						
Capital social	1.202	1.202	1.202	1.202	12.209	(298.944)	12.362	(291.205)	-	-
Reserva de capital	931.821	938.830	931.821	938.830	-	-	-	-	68	-
Reserva de lucros	150	150	150	150	-	-	-	-	(177)	(851)
Prejuízos acumulados	(286.508)	(298.717)	(286.508)	(298.717)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.899)	(4.236)	(5.899)	(4.236)	122,09	(2.917,51)	122,09	(2.917,51)	(9,934)	(22,084)
Participação de acionistas não controladores	-	-	719	(9.772)	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	982.005	942.241	1.009.287	984.507						
Demonstrações do Resultado Abrangente										
	Controladora		Consolidado							
	2020	2019	2020	2019						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.209	(298.944)	12.362	(291.205)						
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-						
Resultado na conversão das demonstrações financeiras de controladas situadas no exterior	(1.663)	(4.236)	8.675	(21.896)						
Resultado abrangente total do exercício	10.546	(303.180)	21.037	(313.101)						
Atribuível aos:										
Acionistas controladores	10.546	(303.180)	10.546	(303.180)						
Acionistas não controladores	-	-	(10.491)	(9.921)						
Eduardo Casasanta Marini – Diretor Presidente										
Vaner Benedito da Silva – Diretor de Operações										
Kellyn Marques Possacos – Contadora CRC 1SP 332.733/O-1										

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Odebrecht Transport S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2021

Dia, Hora e Local: Em 04 de janeiro de 2021, às 16:00 horas realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, Presidente, e Simone Torres de Oliveira, Secretária. **Ordem do Dia: (I) Matérias para Deliberação: (01) PD.CA.OTP 01/21 – ODEBRECHT TRANSPORT S.A. ("OTP") – Alteração na Macroestrutura da OTP – Nomeação de novo Diretor Presidente.** Antes da deliberação os Conselheiros tomaram conhecimento do Termo de Renúncia apresentado à Companhia, em 31 de dezembro de 2020, pelo Diretor Presidente Adriano Chaves Juca Rolim, o qual ficará arquivado nos registros da Companhia e registraram os agradecimentos ao renunciante por sua atuação no exercício de seu cargo e outorgam, em nome da Companhia, a mais plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação, por todo e qualquer ato de gestão praticado por este no exercício de suas funções. **(II) Matéria para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD") constante da Ordem do Dia, cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e também permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, a **PD.CA.OTP 01/21 – Odebrecht Transport S.A. ("OTP") – Alteração na Macroestrutura da OTP – Nomeação de novo Diretor.** A eleição de **Felipe Montoro Jens**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 17.032.674-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 1166.417.478-83, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor Presidente da Companhia**, para cumprir o mandato unificado, que até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Diretor ora eleito será investido em seu respectivo cargo mediante a lavratura e assinatura do respectivo termo de posse. Atendendo ao disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, o Diretor ora eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. O termo de posse e a Declaração de Desimpedimento ficarão arquivados na sede da Companhia. Diante do disposto acima, a composição da Diretoria da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passa a ser: **(i) Felipe Montoro Jens**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 17.032.674-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 1166.417.478-83, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor Presidente da Companhia**; **(ii) Rodrigo Barbosa Veloso**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.976.086-08, portador da cédula de identidade RG nº M9011428 SSP/MG, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; e **(iii) Adriano Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.389.645-15, portador da carteira de identidade RG nº 3.573.829-43 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica**. **(II) Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. **(III) Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. **(IV) Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 04 de janeiro de 2021. **MESA:** Ruy Lemos Sampaio, Presidente, e Simone Torres de Oliveira, Secretária. **Conselheiros:** Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 04 de janeiro de 2021. Simone Torres de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 129.772/21-5 em 12/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6693	Peso (Chile) - 0,00807
Dólar (EUA) - 5,7064	Peso (México) - 0,2846
Franco (Suíça) - 6,1945	Peso (Uruguai) - 0,1290
Iene (Japão) - 0,05227	Yuan (China) - 0,8721
Libra (Inglaterra) - 7,8417	Rublo (Rússia) - 0,07493
Peso (Argentina) - 0,06161	Euro (União Monetária Europeia) - 6,8134

Dólar reduz ritmo de queda com dúvidas sobre Orçamento de 2021



Após uma manhã de terça-feira volátil, o dólar firmou queda nos negócios da tarde, mas reduziu o ritmo perto do fechamento. O real e as moedas de emergentes foram beneficiadas pela queda das taxas dos juros longos dos Estados Unidos, que foram as mínimas após megaleilão de títulos públicos, com forte demanda, levando as taxas de 10 anos para o menor nível em quase um mês. Mas o imbróglio envolvendo o Orçamento de 2021 persiste e segue limitando valorização maior do real, ainda mais em meio a duas novas fontes de incerteza, a proposta de uma PEC, que vem sendo chamada de "fura-teto", para tentar

viabilizar o orçamento e a CPI da pandemia. Com isso, a moeda americana não se sustentou abaixo dos R\$ 5,70 durante os negócios.

Após cair na mínima do dia a R\$ 5,66, o dólar à vista fechou cotado em R\$ 5,7176, em leve baixa de 0,08%. No mercado futuro, o dólar para maio cedia 0,57% às 17h38, em R\$ 5,7115.

O sócio e fundador da gestora SPX Capital, Rogério Xavier, avalia que o orçamento de 2021 é uma "cara de pau sem tamanho", ao reduzir despesas obrigatória e incluir emendas, mostrando total falta de compromisso fiscal em Brasília. "Pelo contrário, você está comprometido em piorar o fiscal, estourar o teto, criar

novas despesas burlando o teto." Nesse ambiente, ele vê o câmbio seguindo pressionado, do nível atual para cima, e o investidor estrangeiro cada vez mais distante do Brasil.

"No tratamento do coronavírus, o Brasil é visto como o pior do mundo, como um risco", disse nesta terça no podcast RadioCash, da Em-piricus.

Sobre o Orçamento de 2021, Arruda destaca que é um ruído de curto prazo que atrapalha as decisões dos investidores. "Essa dinâmica vai acabar se resolvendo, de uma maneira que mais gastos vão ser incorporador porque a pandemia está muito pior do que se esperava", disse.

Fusões & Aquisições

Microsoft comprará empresa de inteligência artificial Nuance por US\$ 19,7 bi



A Microsoft anunciou nesta segunda-feira (12) que comprará a Nuance Communications, uma empresa de inteligência artificial. O negócio é avaliado em US\$ 19,7 bilhões (R\$ 111 bilhões, na cotação atual).

O objetivo da companhia é reforçar seu pacote de aplicativos corporativos com a tecnologia avançada de fala da Nuance, além de fortalecer a presença no mercado de cuidados com a saúde.

Essa é a segunda maior aquisição da Microsoft. O negócio só fica atrás do acordo com o LinkedIn em 2016, ava-

liado em US\$ 26,2 bilhões.

O preço de oferta da Microsoft de US\$ 56 (R\$ 315) por ação tem um prêmio de 22,86% em relação ao último fechamento da Nuance, de US\$ 45,58 (R\$ 257).

A Nuance Communications é uma empresa que desenvolve soluções de inteligência artificial com foco no reconhecimento de voz.

Um de seus produtos mais conhecidos é o Dragon, um software capaz de transcrever a fala que melhora com o tempo ao se adaptar à voz do usuário.

Essa tecnologia foi licenciada para diversos aplica-

tivos, incluindo a assistente digital Siri, da Apple.

A companhia possui uma plataforma voltada para a saúde, chamada Dragon Medical One, que foi treinada para identificar termos médicos.

Em comunicado, a Microsoft afirmou que os produtos dedicados à medicina da Nuance são utilizados por mais de 55% de médicos e em 77% dos hospitais dos EUA.

Em 2019, as duas companhias anunciaram uma “parceria estratégica” para usar o software da Nuance para digitalizar os registros de saúde dos clientes da Microsoft.

Aramco vende participação em oleoduto pra consórcio internacional por US\$ 12,4 bi

A gigante de petróleo da Arábia Saudita Aramco afirmou que fechou um acordo de US\$ 12,4 bilhões para vender uma participação de 49% em um negócio de oleoduto recém-formado para um consórcio internacional liderado pela firma de investimentos norte-americana EIG Global Energy Partners.

O fundo soberano de Abu Dhabi Mubadala Investment é membro do consórcio, que provavelmente incluirá também investidores chineses e

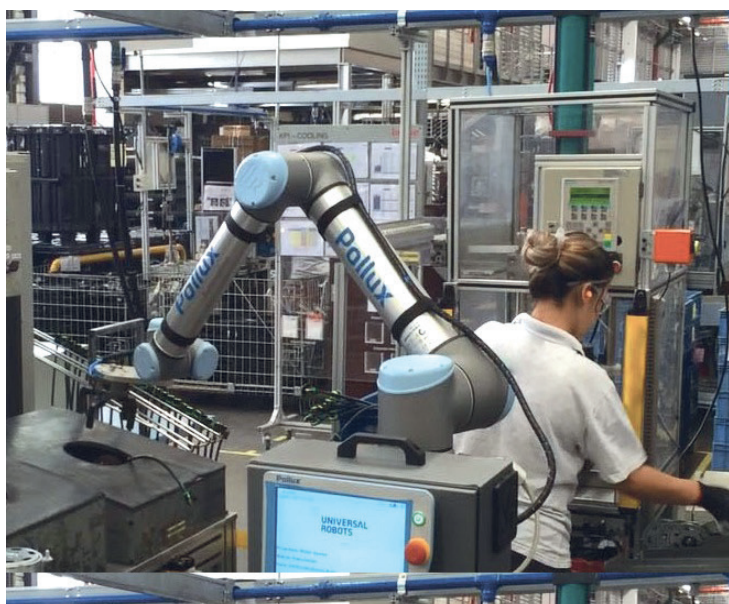
sauditas, disseram fontes a par do assunto.

O movimento representa outra tentativa de longo alcance de monetizar os prodigiosos ativos de petróleo da Arábia Saudita, antes considerados tão estratégicos que mesmo uma venda de participação minoritária parecia rebuscada. Com a ascensão do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, no entanto, o reino está mais disposto a atrair investidores estrangeiros e ceder parte do acesso aos seus ativos de petróleo.

Estado SP



Accenture conclui aquisição da brasileira Pollux



A Pollux, empresa brasileira especializada no desenvolvimento de soluções de robótica industrial e automação, já é oficialmente parte da Accenture. A operação de aquisição foi concluída, segundo anuncia a Accenture em comunicado, não revelando pormenores financeiros sobre o processo.

Segundo a consultora, a aquisição da Pollux, com sede em Joinville, contribui para a expansão das competências da Accenture para servir os seus clientes em áreas como bens de consumo, farmacêu-

tica ou indústria automóvel. Empresas que procurem tornar as suas fábricas, armazéns e cadeias de abastecimento mais produtivos podem contar com novas soluções.

A Pollux trabalha também para criar ferramentas mais seguras e sustentáveis, contando para isso com uma equipa de mais de 290 profissionais. Todos os trabalhadores irão integrar a divisão Industry X da Accenture.

Esta é a primeira aquisição da Accenture no campo da robótica industrial e abrange as operações da Pollux no

Brasil, mas também Equador, México, Canadá e Estados Unidos da América.

«A automação e a colaboração humano + máquina estão a transformar digitalmente a produção e as operações da cadeia de fornecimento de modo a serem mais flexíveis, resilientes, sustentáveis e seguras», afirma Nigel Stacey, global lead Accenture Industry X. O responsável considera que este tipo de soluções também ajuda a responder melhor às exigências em constante mudança dos clientes.

Executive Digest

Negócios

Ajinomoto investe em robôs colaborativos e eleva produtividade



Para otimizar a produção dos temperos Sazon, a fabricante Ajinomoto aposta no ambiente integrado com humanos e robôs de última geração, instalados na fábrica de Limeira, uma das quatro plantas industriais da companhia, localizada no interior de São Paulo.

A instalação dos robôs colaborativos já apresenta resultados. Em três meses, a produtividade do processo de paletização na linha dos temperos aumentou 67%. Em um futuro próximo, a empresa pretende adotar outros recursos, como armazém automatizado e empilhadeiras autônomas. A iniciativa faz parte de uma série de modernizações na Ajinomoto do

Brasil alinhadas ao conceito de Indústria 4.0, que abrange inteligência artificial, robótica avançada e internet das coisas (IoT).

Em 2020, para esse processo, o investimento em informatização e robotização aumentou em seis vezes, quando comparado a 2019. “Isto faz parte de um movimento global chamado DX, liderado pela matriz japonesa, em que tanto as fábricas quanto as áreas de negócios estão buscando a transformação do modelo operacional”, diz Fabio Misawa, diretor da Ajinomoto do Brasil.

Conhecidos como robôs colaborativos ou cobots, eles lembram braços mecânicos que auxiliam em tarefas de maior precisão. “Além da oti-

mização nos processos, a vantagem é que os aparelhos são monitorados e controlados por pessoas. Eles são versáteis e podem atuar lado a lado com funcionários, sem gerar riscos e reduzindo as chances de acidentes”, diz Misawa.

De acordo com o executivo, os negócios da multinacional no Brasil crescem a cada ano, o que demanda a expansão de linhas nas fábricas e o aumento de turnos. “As soluções tecnológicas chegaram para agregar e realmente facilitar nosso dia a dia, mas não irão substituir o trabalho humano”, afirma Misawa, reforçando que os funcionários envolvidos no setor foram realocados em outras funções.

Exame

Por que Alibaba se valoriza mesmo após ser enquadrado pelo governo chinês

A disparada dos papéis do gigante de e-commerce chinês Alibaba nesta segunda-feira, 12, pode ser considerada apenas uma “sobrevivência” da empresa após sofrer interferência do governo chinês. Isso porque, apesar das altas pontuais, os papéis estão muito desvalorizados quando comparados com o patamar no qual surfavam em outubro no ano passado.

Nesta segunda-feira, 12, as ações do Alibaba fecharam em alta de 6,51% nas bolsas de Hong Kong, a 232,20 dólares de Hong Kong (HKD). Nas bolsas de NY, elas encerraram em alta de 9,27%, a 244,01 dólares. Esta disparada surpreende por ocorrer em um dia em que as principais bolsas asi-

áticas amargaram perdas e, ainda mais, por ocorrer após a empresa sofrer uma multa antitruste de 1,8 bilhões de dólares pelo governo chinês.

Os motivos pelos quais os principais índices da Ásia caíram e os papéis do Alibaba subiram, no entanto, são bastante diversos. O Hong Kong Hang Seng Index encerrou em baixa de 0,86%, e o Shanghai Shenzhen CSI 300 Index em queda de 1,74% por conta do aumento do número de infectados pela Covid-19 em diversas regiões da Ásia, entre eles o Japão. Já os papéis do Alibaba sobem, em primeiro lugar, por estarem a “preço de banana” quando comparados ao auge da companhia. Além disso, foram a aposta de um dos principais investidores do mundo.

Veja



Justiça aprova pedido de recuperação judicial da Samarco



A Samarco teve deferido o pedido de Recuperação Judicial protocolado na última sexta-feira na Justiça de Minas Gerais, informou a companhia nesta segunda-feira, 12. A decisão garante proteção contra ações judiciais de execução de dívidas com os credores, que são em sua maior parte fundos estrangeiros detentores de títulos de dívida (“bondholders”).

De acordo com a companhia, a Recuperação Judicial não terá impacto nas atividades operacionais e nem nas ações de reparação

e compensação conduzidas pela Fundação Renova, responsável pela execução dos programas de reparação dos impactos socioambientais e socioeconômicos da tragédia do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que matou 19 pessoas, destruiu vilarejos e poluiu o rio Doce.

Na sexta-feira, a Vale, sócia da Samarco junto com a BHP Billiton Brasil, informou que a mineradora havia entrado com o pedido de Recuperação Judicial.

Segundo a empresa, o ajuizamento da RJ foi necessário para evitar que ações já

iniciadas como ações de execução de notas promissórias no Brasil, no valor de US\$ 325 milhões, e ações movidas pelos detentores dos títulos de dívida com vencimento em 2022, 2023 e 2024 (bonds) em Nova York, afetem a capacidade da Samarco de produzir, embarcar, receber por suas exportações e financiar o curso normal de suas atividades, e também de cumprir com as obrigações do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), e consequentemente, de gerar resultados sustentáveis para todos os demais stakeholders envolvidos.

Estado SP